

Migrações internas no Brasil: (dis)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010¹

José Irineu Rangel Rigotti²
Járvis Campos¹
Renato Hadad³

Marco Conceitual

A partir do intenso processo de industrialização via substituição de importações, impulsionado após o final da II Guerra Mundial, as áreas urbanas do Brasil passaram a agregar milhões de pessoas procedentes das áreas rurais⁴. Do ponto de vista da redistribuição populacional, o “padrão gravitacional” (Sawyer, Rigotti, 2001) parecia adequado tanto àqueles que preconizavam a explicação histórico-estrutural quanto àqueles que davam maior ênfase à interpretação da modernização.

Até os anos 70, os fluxos principais do Brasil eram de sentido rural-urbano, condizente com a teoria da transição da mobilidade de Zelinsky (1971), quando os padrões espaciais faziam parte de um contexto marcado por regularidades e etapas bem definidas, de origem em localidades rurais de baixa densidade demográfica, passando para pequenos centros urbanos – muitas vezes a sede do mesmo município – e, subsequentemente às grandes regiões metropolitanas, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

De fato, Zelinsky ressaltava que a transição completa seria a transição vital, na qual a migração é incorporada, através de cinco estágios do movimento populacional: (a) sociedade tradicional pré-moderna, de alta fecundidade e mortalidade e baixo crescimento natural; (b) o início da sociedade transicional, com rápido declínio da mortalidade e maior crescimento populacional; (c) a sociedade transicional avançada, com maior declínio da fecundidade, e elevado crescimento natural, mas em processo de declínio; (d) sociedade avançada, com fecundidade e mortalidade em baixos níveis, e pequeno crescimento populacional; (e) sociedades futuras super avançadas, com a continuidade dos baixos níveis de fecundidade e mortalidade.

Segundo Zelinsky, cada fase da transição vital estaria ligada à formas distintas de mobilidade. Enquanto nas sociedades pré-modernas se observava apenas uma migração circular, as migrações internas e internacionais se intensificariam na fase inicial das sociedades transicionais; já no final das sociedades transicionais as migrações internacionais, bem como as migrações internas (como a rural-urbana) diminuiriam rapidamente. Nas sociedades avançadas, a migração rural-urbana continuaria, mas em níveis reduzidos, enquanto que a mobilidade residencial, bem como a migração urbana-urbana e os movimentos circulares aumentariam de forma significativa. Neste momento, países exportadores de mão de obra passariam a importar trabalhadores. Por fim, nas sociedades super avançadas, as migrações entre áreas urbanas e os movimentos circulares diminuiriam, resultado dos avanços tecnológicos nas comunicações.

Por outro lado, as desigualdades regionais e de renda também fundamentavam os argumentos e a crítica do modelo histórico-estrutural, um poderoso arcabouço explicativo com suas raízes na América Latina (CARDOSO e FALETTTO, 1970). Para esta abordagem, as causas do “padrão

¹ Artigo apresentado na 8th International Conference on Population Geographies, 30 June – 03 July 2015, The University of Queensland – Brisbane.

² CEDEPLAR/UFMG

³ PUC-Minas

⁴ 5,6 milhões de mulheres e 5,1 milhões de homens nos anos 1960, e 7,1 milhões de mulheres e 6,7 milhões de homens na década de 70 (Carvalho e Fernandes, 1991).

gravitacional” seriam de natureza estrutural, determinadas pela economia (Saywer, Rigotti, 2011). Um dos resultados da então nova estrutura produtiva urbano-industrial fora a concentração demográfica, reforçada por economias de escala e aglomeração. Ao contrário da teoria da modernização, que chamava atenção para o poder de atração voluntário das cidades, a análise histórico-estrutural reconhecia as forças de expulsão como mecanismo impulsionador das migrações, quer seja dirigida por fatores de mudança associados à modernização da agricultura – que gerava concentração fundiária – quer seja por fatores de estagnação, que restringiam até mesmo a subsistência (Singer, 1972, 1976).

Estudiosos têm reconhecido a dificuldade de se aplicar um modelo único para explicar as migrações, argumento particularmente válido em um país desigual e populoso como o Brasil. De Haas (2010), por exemplo, argumenta que diante do aumento da circularidade e da variedade de diferentes movimentos não haveria uma única teoria capaz de lidar com a multiplicidade de escalas e interações nos processos migratórios. Para o autor, a relação entre migração e desenvolvimento deveria ser abordada a partir da evolução dos paradigmas existentes, integrando diferentes abordagens, tanto em relação às correntes existentes em migração quanto à natureza heterogênea da relação entre migração e desenvolvimento. Consta-se que as causas (determinantes) e os impactos (efeitos) da migração não deveriam ser estudados de forma separada, mas sim tratadas como parte de um processo mais amplo nas etapas de transformação social e do desenvolvimento. Desta forma, a análise deveria abranger o desenvolvimento em um contexto mais geral (escala macro), mas também no seu nível local, reconhecendo os fatores relacionados aos migrantes e seu ambiente social e econômico no domicílio, na família e na comunidade.

Massey (1993) reitera o debate ao reafirmar os desafios em direção à integração das teorias de migração, salientando que não haveria uma única teoria, que fosse ao mesmo tempo coerente diante da complexidade das migrações internacionais, havendo apenas um conjunto de teorias fragmentadas e que não se comunicam.

Apesar do trabalho de Massey dar ênfase às migrações internacionais, acreditamos que seria adequado reconhecer que as migrações internas brasileiras, sendo parte de um complexo processo contemporâneo, deveriam ser abordadas segundo uma perspectiva multidisciplinar ampla no que diz respeito às diferentes escalas e níveis de estudo. Afinal, é possível, ao mesmo tempo, que indivíduos façam cálculos de custo benefício, que domicílios atuem na diversificação da atuação laboral e que o contexto socioeconômico no qual as decisões são tomadas seja determinado pelas forças estruturais que operam o nível nacional e internacional (Massey, 1993).

A possibilidade de estudos multidisciplinares, proposto por Massey, a partir da utilização de diversas teorias em migração nos remete à discussão sobre nível e escala. Segundo Gibson *et al* (2000), quando as hierarquias são constitutivas (e não exclusivas), fenômenos associados com a mudança global são interligados, fazendo com que existam níveis diversos de análise. Dessa forma, as pesquisas sobre a mudança global deveriam ser feitas sob uma perspectiva multinível. Questões relativas à escala estão relacionadas à identificação de padrões, à explicação de um fenômeno social, à generalização de proposições teóricas e à otimização de processos em uma escala.

Nesse ponto, retomamos as colocações de Wood (1982), quando este defendia que a literatura em migração ainda estava distante de uma estrutura conceitual adequada, o que tornava necessária a revisão das correntes metodológicas. Tais dificuldades estão associadas à falta de resultados empíricos acumulados, ao caráter trivial de muitas generalizações existentes na literatura, ao perfil reducionista de perspectivas que impedem a análise de mudanças macroestruturais, à falta de políticas relevantes e diretas e à incapacidade de associar resultados de pesquisas com transformações políticas e socioeconômicas em sociedades em desenvolvimento.

Nosso trabalho não propõe realizar uma revisão detalhada da literatura brasileira sobre migrações, mas admite, em concordância com Wood (1982), que no Brasil houve uma polarização da discussão entre duas estruturas analíticas conflitantes, as abordagens neoclássica e histórico-estrutural. As diferenças entre ambas podem ser analisadas em termos de unidade de análise, da especificidade histórica da investigação e da estratégia metodológica de cada perspectiva. As unidades de análise das duas correntes são bastante distintas, mas, segundo Wood (1982), haveria a possibilidade de integração das duas abordagens, deslocando o foco da pesquisa migratória para uma unidade de análise intermediária, no caso o domicílio, tal como defendia Davis (1989), ao afirmar que a análise no nível do domicílio provê as bases da integração estrutural e das perspectivas comportamentais no estudo do movimento populacional.

Nesse mesmo sentido, Hoeder (2002) sugeriu que as mesoescalas correspondem à unidade adequada para se compreender a socialização do migrante, sendo possível ainda observar as principais forças socioeconômicas, bem como as aspirações e valores da comunidade e dos membros familiares. Na decisão de migrar, a economia familiar, somada à rede de contatos e aos interesses dos membros do grupo, formam o contexto onde as decisões são tomadas, tendo em vista ainda o peso da hierarquia entre sexo e gerações dentro da família, no objetivo de maximização dos benefícios (HOEDER, 2002).

O caso brasileiro

Na maior parte da segunda metade do século passado, o mais importante fluxo regional de migrantes no Brasil envolveu as interações entre o Nordeste, pobre, e São Paulo, estado mais industrializado e rico do país, configurando um padrão espacial de sentido norte-sul. De fato, a industrialização e a urbanização acelerada iniciadas nos anos 1950 ocorreram quando a mortalidade havia iniciado sua queda e a taxa de crescimento populacional foi a maior da história brasileira, de 3,0% ao ano. As áreas menos desenvolvidas e de alta fecundidade fomentaram enormes reservatórios de mão de obra (Vainer e Brito, 2001)

Independente da interpretação causal, histórico-estrutural ou de modernização, a redistribuição da população foi percebida em termos de forças centrípetas unidirecionais, no sentido de concentrações em cidades cada vez maiores. Após 1990, no entanto, tornou-se evidente que o modelo "gravitacional" estava alcançando os seus limites. Os demógrafos já haviam descoberto há tempos que a cidade de São Paulo, antigo centro de gravidade, tinha uma migração líquida negativa de aproximadamente 400 mil pessoas. Eles foram surpreendidos ao observar a expulsão de grandes áreas urbanas que aparentemente tinham se tornado sujeitas a fatores de mudança e estagnação, categorias previamente aplicadas apenas com respeito às áreas rurais (Sawyer, Rigotti, 2001).

O reconhecimento da importância de abordagens multidisciplinares, multiescalares e multiníveis impõe imensos desafios analíticos, não apenas devido à falta de informações adequadas, mas também à limitações metodológicas. Entretanto, nossas escolhas teóricas consideram o contexto histórico e o conhecimento acumulado pelos trabalhos sobre o tema no Brasil, representados, em grande parte, pelas publicações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais⁵.

Após meados dos anos 1980, o Brasil experimentou transformações estruturais profundas, adotou uma nova Constituição em 1988 e passou por uma das mais rápidas transições demográficas do mundo ocidental. Evidentemente, todos estes aspectos impactam, de uma maneira ou de outra, o processo migratório. Neste trabalho, optamos por enfatizar alguns desses aspectos estruturais e demográficos, sem que isso signifique qualquer tipo de superioridade desses sobre outros fatores. Como tentaremos mostrar na próxima seção, consideramos que a redistribuição espacial da população brasileira atual é dirigida pelas transformações na Região

⁵ Disponíveis no site www.abep.org.br.

Metropolitana de São Paulo. No plano macroestrutural, uma das maiores forças transformadoras refere-se às deseconomias de aglomeração que ocorreram em grandes centros urbanos brasileiros (Azzoni, 1986; Diniz, 1993).

Mas a demografia também joga um papel decisivo, pois os grandes reservatórios de mão de obra com baixa qualificação das áreas rurais e regiões menos desenvolvidas diminuíram consideravelmente, em um país onde a taxa de fecundidade total está abaixo do nível de reposição desde início deste século e a taxa de urbanização ultrapassou 80,0% e a cobertura escolar aumentou dramaticamente. O consequente processo de envelhecimento tende a diminuir, ao menos relativamente, a participação da população nas idades nas quais as migrações são mais frequentes – jovens adultos. Ao mesmo tempo, a redução do número de filhos também colabora para a redução do número de pessoas que empreendem uma migração familiar. Estas alterações na dinâmica populacional precisam ser bem contextualizadas no processo de transição demográfica, uma vez que a participação da população em idade ativa ainda cresce no Brasil – em termos absolutos e relativos (Carvalho e Wong, 2006; Turra, 2009; Rigotti, 2012).

Estes aspectos justificam não apenas a ênfase nas transformações estruturais que o país tem experimentado nas últimas décadas, mas também nas mudanças que ocorrem na composição dos domicílios. Nesse sentido, a análise dos padrões de migração conceituados por Zelinski e retomados por Skeldon (2012) tornam-se cruciais para a compreensão do processo migratório no Brasil atual, no contexto da transição demográfica. Mas também é preciso reconhecer que estas mudanças macroestruturais são intermediadas pelas decisões que ocorrem no âmbito do domicílio. Aqui, as propostas de Wood e Davis são reconhecidas, pois acreditamos que a análise no nível do domicílio possibilitará a integração estrutural e as perspectivas comportamentais no estudo do movimento populacional. Entretanto, como salientamos anteriormente, este trabalho enfatiza as transformações estruturais e demográficas no Brasil, procurando preparar as bases para futuras investigações multiescalares.

Metodologia

Este trabalho pretende realizar uma análise sobre as migrações no Brasil voltada para questões atuais, que ainda merecem ser mais bem conhecidas. Por isso, procuramos situar a transição demográfica do país, com ênfase nas migrações. Para isso, verificamos como tem se comportado a probabilidade de emigrar (Rogers et al, 2010)⁶.

Também mapeamos os principais fluxos migratórios (em termos de volume) ocorridos no final do século passado e os comparamos com as informações mais recentes disponíveis no Censo Demográfico do Brasil 2010. Como se trata das informações de data fixa dos censos de 2000 e 2010, os períodos correspondentes são 1995-2000 e 2005-2010. Nesta abordagem, os fluxos predominantes serão avaliados por idade, pois há diferenças históricas claramente marcadas. Tradicionalmente, a migração do Nordeste para São Paulo, iniciada com a intensificação do processo de urbanização ocorrido a partir da metade do século passado, nos primórdios do "padrão gravitacional", era constituída por pessoas bastante jovens. Em contrapartida, o perfil etário dos movimentos de saída da Região Metropolitana de São Paulo não é tão conhecido (a partir dos anos 70, da capital para o entorno imediato e, posteriormente, para um raio de abrangência que extrapolou as fronteiras estaduais). (Rigotti, 2006, Cunha, 1994).

Será mostrado, na seção seguinte, como o processo migratório no Brasil teve efeitos sobre a redistribuição espacial da população. Como dito anteriormente, coerentemente com as abordagens teóricas que prevaleceram no país até meados da década de 1980, pelo menos, os estudos de migração no Brasil enfatizavam os imensos fluxos procedentes das áreas rurais em direção aos grandes centros metropolitanos, ou para a fronteira amazônica – que praticamente

⁶ Dado pelo número de emigrantes das regiões selecionadas dividido pela população no início do período.

encerrou seu ciclo de expansão, consolidado em uma ampla área conhecida como “Arco de Fogo”, “Arco do Desmatamento” ou “Arco do Povoamento” (Berta Becker, 2006). Entretanto, as mudanças ocorridas a partir dos anos 1990 provavelmente tiveram efeitos na redistribuição espacial da população. Estas serão investigadas na próxima seção.

Mudanças estruturais do final do século XX até 2010

O esgotamento das forças de atração das principais metrópoles do Sudeste levaram alguns autores a estabelecer os contornos e a amplitude da redistribuição das atividades produtivas no país (Azzoni, 1986; Campolina, 1993; Cano, 2011), especialmente a partir de meados dos anos 1980. O estado de São Paulo e, particularmente, sua região metropolitana eram considerados o centro gravitacional a partir do qual se espalhava o setor produtivo.

A crise econômica da década de 80 foi marcada por queda da participação do emprego industrial e aumento do setor de serviços, mas com aumento da participação dos empregos precários.

Concomitantemente, o setor agropecuário conseguiu manter o crescimento, impulsionado pelos programas de incentivo energético à produção de cana para a produção de álcool, além das exportações agrícolas e agroindustriais, com grande expansão da região Centro-Oeste do país (Cano, 2011).

Segundo Pacheco (1998), vários fatores possibilitaram a desconcentração espacial das atividades econômicas no início dos anos 90, entre eles o deslocamento da fronteira agrícola e mineral, favorecidos pela integração produtiva do mercado nacional e um sistema urbano relativamente desconcentrado.

Além destes aspectos econômicos estruturais, deve-se salientar algumas políticas sociais que foram implementadas a partir da segunda metade dos anos 1990, devido ao seu potencial de impactos na distribuição espacial da população, na medida em que iniciaram a diminuição das desigualdades de renda, secularmente concentrada nos sertões e pequenos municípios, com grande participação do setor rural, voltado para a economia de subsistência; ou na periferia de áreas metropolitanas.

Nestas localidades, o programa “Bolsa Escola” desempenhou papel relevante - implantado primeiramente na cidade de Campinas e Distrito Federal, em 1995, tornou-se um programa nacional em 2001. Este oferecia uma quantia em dinheiro para as mães que mantivessem seus filhos frequentando regularmente a escola. Além disso, em 1998 foi implementado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), de natureza contábil e redistributiva, que variava de acordo com o número de matrículas e a capacidade orçamentária de cada estado. A Constituição Federal de 1988 havia obrigado as 27 unidades da federação do Brasil a destinarem 25% de suas receitas com a educação e, com o FUNDEF, 15% delas passaram a ser destinadas obrigatoriamente ao ensino fundamental, que na época correspondia aos oito primeiros anos do ensino básico.

Em 2004 vários programas sociais, entre eles o Bolsa Escola, foram unificados no Bolsa Família, um programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias pobres e reconhecido internacionalmente⁷.

A importância de programas sociais como o Bolsa Família não está apenas na distribuição de renda, o que por si só tem efeitos nas desigualdades regionais, mas também no seu potencial inter-geracional, na medida em que procura garantir às coortes atuais uma escolaridade mais elevada do que aquela de seus pais. Sob este aspecto, como a faixa etária da escolarização básica variava de 7 a 14 anos de idade quando da implantação do FUNDEF, em 1998, muitos

⁷ Ver, por exemplo, The Economist: <http://www.economist.com/node/10650663>. Acessado em 02/06/2015.

daqueles alunos que usufruíram dos recursos estão hoje em idade da primeira união, algumas são jovens mães e pais e, não menos importante, encontram-se nas idades modais da distribuição etária dos migrantes. Considerando a alta correlação entre escolaridade e fecundidade, paralelamente ocorreu a diminuição das gravidezes entre as adolescentes brasileiras, única faixa de idade que apresentava aumentando até a virada dos anos 2000.

É também possível que o aumento recente da escolaridade, especialmente das mulheres jovens, tenha alterado não apenas seu comportamento reprodutivo, mas também as relações de gênero dentro dos domicílios. Ainda pouco estudados, os efeitos desta mudança nas migrações merecem uma análise mais acurada. Tradicionalmente caracterizadas pela migração da família nuclear, este aspecto não deve ser desconsiderado, devido ao potencial de integração do domicílio como unidade intermediária entre a dimensão estrutural e as perspectivas comportamentais no estudo do movimento populacional, conforme apontado por Wood (1982) e Davis (1989).

Nas próximas seções, procuraremos mostrar empiricamente como estes fatores se desenvolveram, contrapondo os destinos atuais com aqueles da época do “padrão gravitacional”.

As migrações e a redistribuição espacial da população brasileira

A diminuição sustentada da fecundidade e conseqüentemente do crescimento natural é uma realidade que teve início em meados dos anos 1960, no Brasil. De lá para cá as taxas de crescimento despencaram de quase 3,0% ao ano para pouco mais de 1% ao ano, entre 2000 e 2010. Com o rápido declínio da natalidade e conseqüentemente do ritmo de crescimento demográfico em todo o país, as migrações adquirem particular relevância para a compreensão das tendências da distribuição espacial da população. Como as migrações passaram por um momento de transição nos anos 1980, vale à pena chamar a atenção para os principais movimentos que se seguiram.

Dados do Censo Demográfico 1991 mostram que a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) foi a maior responsável pela reconfiguração dos fluxos migratórios brasileiros, no período 1986-1991⁸. As principais rotas migratórias do país continuavam do Nordeste em direção a São Paulo, embora também houvesse outros fluxos de São Paulo para o oeste do próprio estado, alcançando o Mato Grosso do Sul e até mesmo Rondônia, além do sul do País, principalmente o Paraná (Rigotti, 2006).

No período 1995-2000, o intercâmbio com a região Nordeste continuou sendo um grande destaque, juntamente com as trocas líquidas mais próximas da RMSP. Os fluxos com o Nordeste foram muito significativos, mas perderam força e sofreram diminuição do leque de regiões de origem. A maioria dos saldos inter-regionais foi positiva para São Paulo, mas se percebeu algumas regiões do Nordeste com ganho líquido (Rigotti, 2006).

Por outro lado, a RMSP continuou com perdas populacionais nas direções oeste e sudoeste do país, embora tenha ocorrido um encurtamento das distâncias dos fluxos. Nota-se que, entre 1986-1991 e 1995-2000, a RMSP apresentou diminuição de suas trocas populacionais, apesar de ainda ter sido a mais poderosa área de redistribuição espacial da população no Brasil.

Quando se considera os fluxos migratórios do restante do País (excluindo-se a RMSP) ocorridos entre 1986-1991, verifica-se que as principais trocas populacionais envolviam as regiões das capitais estaduais, ou polos regionais importantes. Em grande parte, estes saldos são favoráveis aos polos, constituindo *fluxos regionais* (Rigotti, 2008). Este padrão estava presente em praticamente todo o País e continuou no período 1995-2000. Geralmente, esses centros urbanos emergentes são áreas dinâmicas do ponto de vista econômico, muitas vezes associados à cadeia

⁸ Os dados referem-se à informação de data fixa, isto é, considera-se migrantes aqueles que, há exatamente cinco anos atrás, residiam em unidades geográficas diferentes daquelas onde foram recenseados.

de exploração de recursos naturais, como terras agricultáveis e água, minérios, petróleo e gás, alterando substancialmente o uso do solo.

Este padrão espacial se espalha pelo território nacional, mas deve-se chamar a atenção para o aumento considerável do poder de atração das regiões de Goiânia e do Distrito Federal, quando comparadas ao período anterior. Assim, os dados dos fluxos migratórios dos censos demográficos de 1991 e 2000 reforçam a hipótese de uma tendência espacial em direção ao oeste e sudoeste do Brasil, que ocorre, predominantemente, nas áreas de cerrado, um bioma definitivamente incorporado à produção agropecuária de grande escala.

Os dados mais recentes do Censo Demográfico 2010 reforçam tendências já reveladas, mas também trazem novidades. A tabela 1 informa que, de maneira geral, os saldos migratórios têm perdido importância, quando se trata de grandes regiões geográficas. De fato, considerando os três quinquênios abrangidos pelos censos demográficos, o que se observa é uma diminuição, em números absolutos, da migração líquida nas regiões Norte e Sudeste – e evidentemente da participação relativa no total da população, representada pelas taxas líquidas de migração (TLM)⁹. Estas foram regiões que exerceram papel de atração para milhões de pessoas no período de urbanização e industrialização aceleradas, iniciadas na segunda metade do século passado até finais dos anos 1970, aproximadamente. Portanto, estas duas grandes regiões não exercem o papel de áreas de atração como no passado, mas há diversificação interna de suas unidades da federação.

Tabela 1 Grandes Regiões e Unidades da Federação do Brasil: população total, imigrantes, emigrantes, saldos migratório e taxas líquidas de migração

Unidades da Federação (Ufs)	1986/1991					1995/2000					2005/2010				
	Pop. (1991)	IMIG.	EMIG.	SM	TLM	Pop. (2000)	IMIG.	EMIG.	SM	TLM	Pop. (2010)	IMIG.	EMIG.	SM	TLM
Rondônia	1.132.692	127.061	94.462	32.599	3,33	1.380.952	83.325	72.734	10.591	0,86	1.562.409	65.865	53.639	12.226	0,85
Acre	417.718	12.981	14.344	-1.363	-0,38	557.882	13.635	16.069	-2.434	-0,51	733.559	13.879	14.747	-868	-0,13
Amazonas	2.103.243	59.366	44.287	15.079	0,84	2.817.252	89.626	58.658	30.968	1,28	3.483.985	71.450	51.302	20.148	0,65
Roraima	217.583	35.346	6.693	28.653	15,25	324.397	47.750	14.380	33.370	11,92	450.479	25.555	11.207	14.348	3,56
Pará	4.950.060	212.437	183.197	29.240	0,69	6.195.965	182.045	234.235	-52.190	-0,96	7.581.051	162.005	201.832	-39.827	-0,58
Amapá	289.397	23.641	7.149	16.492	6,76	477.032	44.582	15.113	29.469	7,20	669.526	37.026	15.226	21.800	3,64
Tocantins	919.863	82.327	71.804	10.523	1,32	1.157.690	95.430	82.513	12.917	1,26	1.383.445	85.704	77.052	8.652	0,69
Norte	10.030.556	553.159	421.936	131.223	1,53	12.911.170	556.393	493.702	62.691	0,56	15.864.454	461.484	425.005	36.479	0,25
Maranhão	4.930.253	103.447	237.929	-134.482	-3,20	5.657.552	100.820	274.470	-173.650	-3,50	6.574.789	105.682	270.663	-164.981	-2,78
Piauí	2.582.137	72.949	139.447	-66.498	-2,97	2.843.428	88.736	140.815	-52.079	-2,05	3.118.360	73.614	144.036	-70.422	-2,45
Ceará	6.366.647	121.649	245.166	-123.517	-2,23	7.431.597	162.926	186.709	-23.783	-0,36	8.452.381	112.372	181.223	-68.851	-0,88
Rio Grande do Norte	2.415.567	75.570	76.443	-873	-0,04	2.777.509	77.917	71.286	6.631	0,27	3.168.027	67.728	54.014	13.714	0,47
Paraíba	3.201.114	88.903	174.058	-85.155	-3,03	3.444.794	102.005	163.485	-61.480	-1,98	3.766.528	96.028	125.523	-29.495	-0,85
Pernambuco	7.127.855	171.677	317.232	-145.555	-2,32	7.929.154	164.872	280.289	-115.417	-1,62	8.796.448	148.498	223.586	-75.088	-0,92
Alagoas	2.514.100	60.881	112.632	-51.751	-2,37	2.827.856	55.967	127.949	-71.982	-2,89	3.120.494	53.591	130.307	-76.716	-2,69
Sergipe	1.491.876	55.976	42.213	13.763	1,06	1.784.829	52.109	56.931	-4.822	-0,30	2.068.017	53.038	45.143	7.895	0,42
Bahia	11.867.991	186.614	469.091	-282.477	-2,71	13.085.769	250.572	518.038	-267.466	-2,27	14.016.906	229.226	466.360	-237.134	-1,83
Nordeste	42.497.540	937.666	1.814.211	-876.545	-2,36	47.782.488	1.055.924	1.819.972	-764.048	-1,79	53.081.950	939.777	1.640.855	-701.078	-1,44
Minas Gerais	15.743.152	371.888	479.398	-107.510	-0,77	17.905.134	447.781	408.659	39.122	0,24	19.597.330	376.519	390.624	-14.105	-0,08
Espírito Santo	2.600.618	135.421	90.908	44.513	1,93	3.097.498	129.169	95.166	34.003	1,21	3.514.952	130.820	70.120	60.700	1,86
Rio de Janeiro	12.807.706	253.402	295.071	-41.669	-0,36	14.392.106	319.749	274.212	45.537	0,35	15.989.929	270.412	247.308	23.104	0,15
São Paulo	31.588.925	1.392.792	647.994	744.798	2,62	37.035.456	1.223.809	883.884	339.925	1,00	41.262.199	991.313	735.517	255.796	0,66
Sudeste	62.740.401	2.153.503	1.513.371	640.132	1,13	72.430.194	2.120.508	1.661.921	458.587	0,69	80.364.410	1.769.064	1.443.569	325.495	0,43
Paraná	8.448.713	269.080	475.190	-206.110	-2,74	9.564.643	297.308	336.998	-39.690	-0,46	10.444.526	272.181	293.694	-21.513	-0,22
Santa Catarina	4.541.994	170.304	125.001	45.303	1,12	5.357.864	199.651	139.665	59.986	1,23	6.248.436	301.343	128.888	172.455	2,95
Rio Grande do Sul	9.138.670	114.295	138.857	-24.562	-0,30	10.187.842	113.395	152.891	-39.496	-0,42	10.693.929	102.613	177.262	-74.649	-0,74
Sul	22.129.377	553.679	739.048	-185.369	-0,94	25.110.349	610.354	629.554	-19.200	-0,08	27.386.891	676.137	599.844	76.293	0,30
Mato Grosso do Sul	1.780.373	124.046	105.021	19.025	1,21	2.078.070	97.709	108.738	-11.029	-0,59	2.449.024	98.972	80.907	18.065	0,80
Mato Grosso	2.027.231	226.905	118.332	108.573	6,12	2.505.245	166.297	123.726	42.571	1,89	3.035.122	143.956	121.589	22.367	0,80
Goiás	4.018.903	268.063	156.665	111.398	3,11	5.004.197	372.702	169.898	202.804	4,49	6.003.788	363.933	156.104	207.829	3,73
Distrito Federal	1.601.094	195.233	143.670	51.563	3,62	2.051.146	216.200	188.576	27.624	1,49	2.570.160	190.422	175.872	14.550	0,61
Centro-Oeste	9.427.601	814.247	523.688	290.559	3,48	11.638.658	852.908	590.938	261.970	2,50	14.058.094	797.283	534.472	262.811	2,02

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

O saldo migratório da região Sudeste caiu praticamente pela metade, entre o primeiro e o terceiro quinquênios considerados, sendo São Paulo o maior responsável pela reversão do “padrão gravitacional” – seu ganho líquido de 744 mil pessoas entre 1986-1991 despencou para 255 mil em 2005-2010.

⁹ A Taxa Líquida de Migração (TLM) resulta da divisão do saldo migratório do quinquênio pela população recenseada no final do período.

O Nordeste foi a única região que apresentou perdas líquidas em todos os três períodos analisados, embora se perceba redução lenta e consistente dos volumes – de 877 mil no período 1986-1991 para pouco mais de 700 mil no último quinquênio abordado. Alguns estados mostram tendência de redução dos saldos negativos durante todos os períodos, como Paraíba, Pernambuco e Bahia; mas Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas tiveram aumento das perdas, demonstrando incapacidade de reverter o quadro geral; enquanto Rio Grande do Norte e Sergipe foram os únicos que terminaram o período com saldos positivos.

Ainda que as TLM positivas do Centro-Oeste tenham se reduzido, nota-se que os ganhos, em termos absolutos foram semelhantes nos dois últimos quinquênios. Isso se deveu, especialmente, ao estado de Goiás, que não apenas apresentou aumento dos saldos positivos nos três períodos, mas também teve a maior TLM entre todas as 27 unidades da federação. Como o entorno do Distrito Federal faz parte deste estado, boa parte de seus imigrantes são dali procedentes, um movimento típico de regiões metropolitanas. Se agregarmos os saldos dessas duas unidades da federação, o ganho líquido só não seria maior do que o do estado de São Paulo, com a diferença de que, enquanto neste último os ganhos se reduzem paulatinamente, nas duas primeiras o saldo aumentou durante o primeiro e o último quinquênio.

Também no Centro-Oeste, apesar de o estado de Mato Grosso não ter o mesmo ganho de quando figurava como fronteira agrícola, seu saldo foi positivo nos três quinquênios, ao passo que no período mais recente Mato Grosso do Sul reverteu a condição de perdas líquidas do segundo quinquênio, entre 1995-2000. Desta forma, colocada em perspectiva, o Centro-Oeste desponta como a segunda região que mais tem atraído população de outros estados brasileiros – juntamente com alguns locais na região Sul.

O histórico de perdas populacionais desta última reduziu nos dois primeiros quinquênios e se reverteram em saldos positivos no período 2005-2010. O principal responsável por este quadro é o estado de Santa Catarina, que experimentou constantes ganhos líquidos de população, algo que só foi verificado no estado de Goiás. Não por acaso, sua TLM figura entre as maiores do país (seu saldo positivo foi o terceiro mais volumoso do Brasil). Apesar dos outros dois estados da região apresentarem saldos negativos nos três quinquênios, as tendências de ambos são distintas. O Rio Grande do Sul não apenas apresentou saldos negativos durante todo o período, mas as perdas aumentaram constantemente nos quinquênios analisados. O contrário ocorreu no Paraná, onde os saldos negativos estão se reduzindo gradualmente.

Em síntese, os saldos migratórios positivos ou negativos das grandes regiões brasileiras reduziram e os deslocamentos de longas distâncias de meados do século passado perderam força. Não obstante, nas unidades da federação as experiências foram diversas. Muitos estados dão continuidade a processos que se reverteram nos anos 1980. Houve redução de ganhos líquidos em unidades que já foram representantes de grande capacidade de atração populacional, como São Paulo, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal – ainda que a dinâmica desta última esteja relacionada a processos urbanísticos que se traduzem em ocupação de áreas do entorno, nos moldes das grandes regiões metropolitanas. No sentido contrário, estados de saldos negativos reduziram suas perdas líquidas, tais como Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Estes resultados corroboram a reversão do antigo “padrão gravitacional” (Sawyer, Rigotti, 2001) e evidenciam uma trajetória de novos destinos, que cobrem uma grande área na Região Sudoeste do Brasil¹⁰.

¹⁰ Chamaremos de “Região Sudoeste” a grande área pelos quatro estados e o Distrito Federal do Centro-Oeste, mais o Paraná e Santa Catarina, na região Sul.

A propensão a migrar por idade, entre 1995-2000 a 2005-2010

A análise macroestrutural procurou mostrar como os desequilíbrios regionais moldaram a distribuição espacial da população brasileira, cujo padrão gravitacional, decorrente de rápida industrialização e urbanização evoluiu para uma maior fragmentação regional (Pacheco, 1998) com o surgimento de novas economias de aglomeração em áreas urbanas distantes de São Paulo (Diniz, 1993). Este processo está claramente inter-relacionado com a transição demográfica.

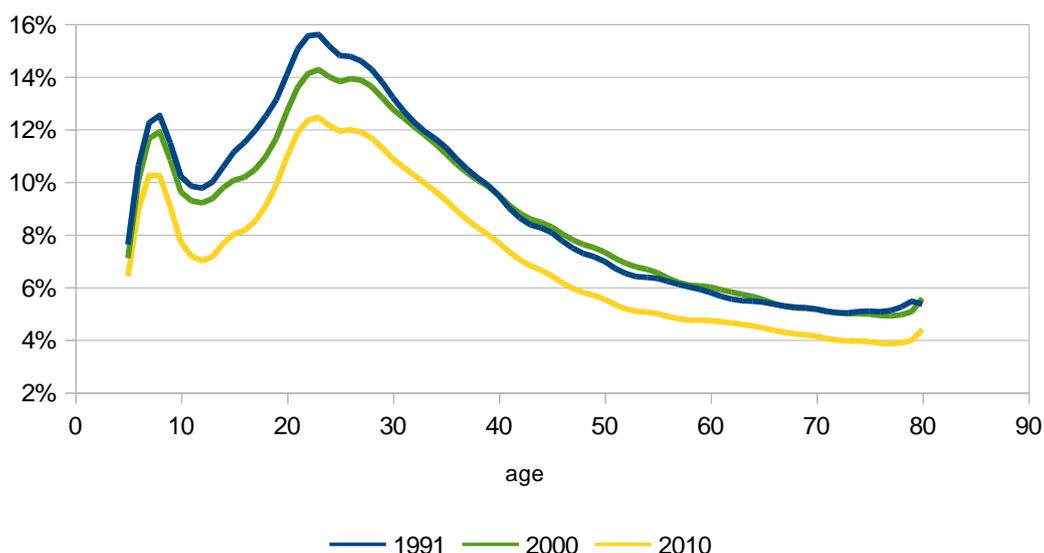
As fases iniciais do alto crescimento natural e das migrações rural-urbanas foram seguidas pela diminuição desse tipo de fluxos, concomitantemente ao aumento dos movimentos urbano-urbano. Estas fases coincidem com os estágios iniciais e das sociedades avançadas, respectivamente, postulados por Zelinsky (1971). No entanto, o início do século XXI estaria mais de acordo com aquele estágio das sociedades super avançadas, caracterizadas pela redução das migrações urbanas e dos movimentos circulares – algo corroborado com os resultados do Censo Demográfico Brasileiro 2010, como veremos a seguir. De acordo com o autor, esta diminuição seria decorrente dos avanços tecnológicos das comunicações. Certamente, as áreas mais desenvolvidas do Brasil já desfrutam das amenidades e dos avanços tecnológicos das comunicações contemporâneos, algo que possivelmente ajuda a explicar a diminuição da propensão a migrar das áreas urbanas mais desenvolvidas.

Por outro lado, as áreas mais pobres do país, entre elas o interior do Nordeste, encontram-se bem distantes destes avanços e, certamente, do estágio das sociedades super avançadas. Isso reforça, a grande dificuldade de aplicação de um modelo único para explicar o complexo processo de redistribuição da população de um país em desenvolvimento, de imensas proporções territoriais e desigualdades regionais e socioeconômicas marcantes. Além disso, as famílias podem sofrer os impactos das transformações estruturais de maneira diferenciada e os arranjos domiciliares decorrentes poderão influenciar o comportamento individual.

Propensão a migrar por idade

Apesar do quadro de diminuição gradativa da importância dos saldos migratórios para o crescimento das unidades da federação, a análise das migrações deve ser complementada com a incorporação do nível e da estrutura etária da propensão a migrar, pois saldos modestos ou mesmo nulos, podem esconder grande interação entre as regiões. Além disso, as proporções de migrantes são fundamentais para complementar o quadro das mudanças demográficas, por refletirem as transformações estruturais e históricas do país. A seguir, analisaremos estas proporções por idade e regiões, dos fluxos mais volumosos do país e, portanto, aqueles que mais pesam na redistribuição da população brasileira.

Figura X – Proporções de migrantes intermunicipais do Brasil – 1991, 2000 e 2010



A **figura X** mostra o quanto a propensão a migrar tem diminuído nos mais de 5.500 municípios do Brasil¹¹, desde o quinquênio 1986-1991 – portanto, um fenômeno generalizado. Deste período para 1995-2000 o número absoluto de migrantes aumentou neste nível de análise, mas teve início a redução da proporção de migrantes, nas proximidades das idades modais, embora com um ligeiro aumento após os 40 anos de idade. Analisando as cinco grandes regiões do Brasil, Caetano (2005) concluiu que:

“Grande parte mantém o pico da migração nas mesmas idades. O que pode ser considerado como a maior mudança ocorrida neste intervalo é, em alguns fluxos, o deslocamento do pico da migração para um ou dois grupos quinquenais de idade mais velhos, isto é, observa-se um ligeiro envelhecimento nas idades mais propensas a migrar” (Caetano, 2005:13).

Caetano observou que, quando se trata de um fluxo de região de expulsão para outra de atração, como do Nordeste para o Sudeste, a migração se concentra nas idades de 15 a 30 anos, com os maiores percentuais nos grupos etários de 20 a 24 e 25 a 29 anos; quando os fluxos partem de áreas de atração populacional, como o Sudeste, para regiões de expulsão, como o Nordeste, o ápice da migração ocorre depois dos 30 anos de idade. Neste último caso, a migração está associada aos movimentos de retorno ao local de origem.

Análise Regional

A análise regional da propensão a emigrar para cada região de interesse é realizada a partir dos gráficos da **figura X**. Em todos os quatro casos, observa-se a diminuição da emigração, sendo o Nordeste a região de nível mais elevado de perdas populacionais, e também de redução mais lenta e discreta, embora este processo seja constante e estrutural. O Nordeste apresenta o perfil mais jovem e bem concentrado nas idades entre 20 e 25 anos, para os dois períodos em análise. Sendo a maior área de expulsão populacional do país, esta região continua como a principal fornecedora de mão de obra jovem e de baixa qualificação (Rigotti, Fazito, Campos, 2014). Como mostrado em seções anteriores, grande parte destes emigrantes se deslocam para São Paulo.

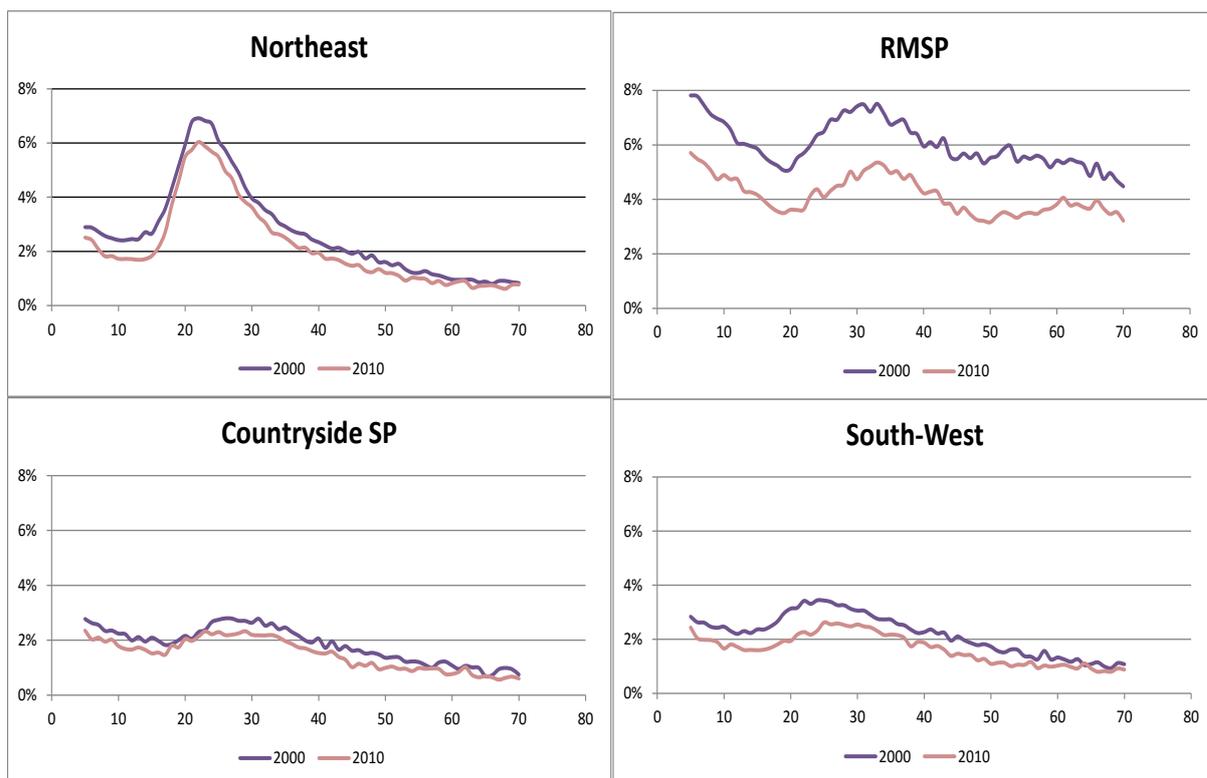
¹¹ A propensão a migrar é dada pela divisão do número de migrantes pela população em risco de migrar, que, neste caso, são os residentes sobreviventes do quinquênio de referência,

Este estado, por sua vez, apresenta uma dinâmica bastante diferenciada, quando se analisa separadamente sua região metropolitana e o interior. A metrópole se destaca como a maior região de perdas líquidas do Brasil, apresentando os mais altos níveis de emigração entre as regiões, um processo que se destacou nos anos 1990. Apesar de ser uma das maiores áreas de perdas de líquidas, juntamente com o Nordeste, seu perfil etário é bem diferente. A idade modal está em torno de 30 a 35 anos, com leve tendência de envelhecimento. Além disso, a curva é achatada e apresenta níveis relativamente altos de emigração na idade de 5 anos. Este é um indício de uma emigração familiar, com pais e filhos – algo muito diferente das saídas do Nordeste.

Nas décadas mais recentes, a RMSP tem funcionado como o maior “hub” de redistribuição espacial brasileiro, e sua propensão a emigrar relativamente alta reforça a hipótese de que os fatores de expulsão contemporâneos não são característicos apenas das áreas rurais, mas principalmente, do maior centro urbano do país (Sawyer, Rigotti, 2001).

O interior de São Paulo configura-se como a região mais imediata da direção leste-oeste dos fluxos populacionais brasileiros iniciados no final do século passado. Sendo uma das mais importantes áreas de destino dos emigrantes procedentes da RMSP, as curvas de emigração da **figura X** são bastante coerentes, pois revelam os níveis mais baixos de emigração.

O Sudoeste apresentou níveis e padrões de emigração muito próximos daqueles observados para o interior de São Paulo, sugerindo ser uma extensão do interior de São Paulo e demonstrando que esta é uma característica típica das áreas que mais recebem população no Brasil. No Sudoeste o perfil etário é nitidamente mais envelhecido que o Nordeste e, além disso, os emigrantes apresentam tendência de envelhecimento.



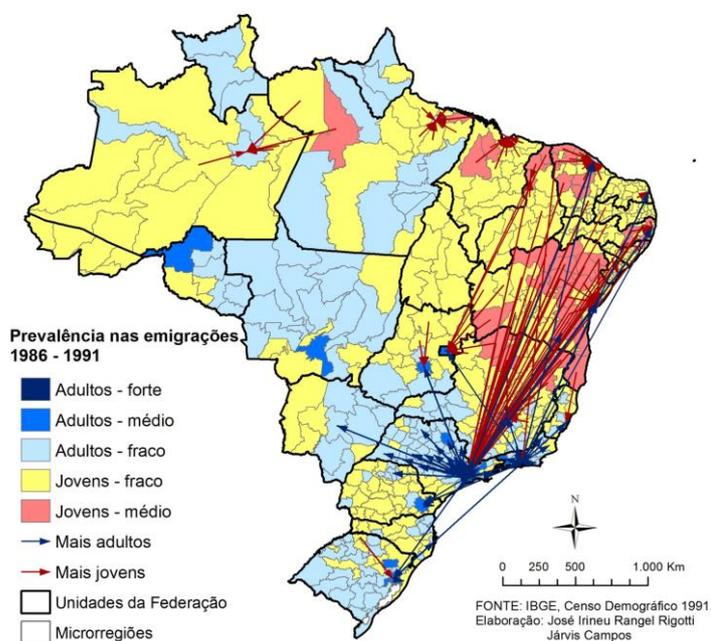
Fluxos principais de jovens e de adultos

O ritmo veloz do processo de envelhecimento brasileiro é potencialmente capaz de causar profundos efeitos sobre a composição etária dos migrantes. Áreas com maior participação de jovens terão maior estoque potencial de migrantes – o contrário ocorrendo em regiões mais envelhecidas. Entretanto, as preferências migratórias de jovens e de adultos podem variar, tanto na origem quanto no destino.

A seguir, analisaremos os principais fluxos migratórios do Brasil, em termos de volume populacional. É importante avaliar estas localidades, uma vez que podem fornecer importantes subsídios para a formulação de políticas públicas e a elaboração de hipóteses para projeções demográficas.

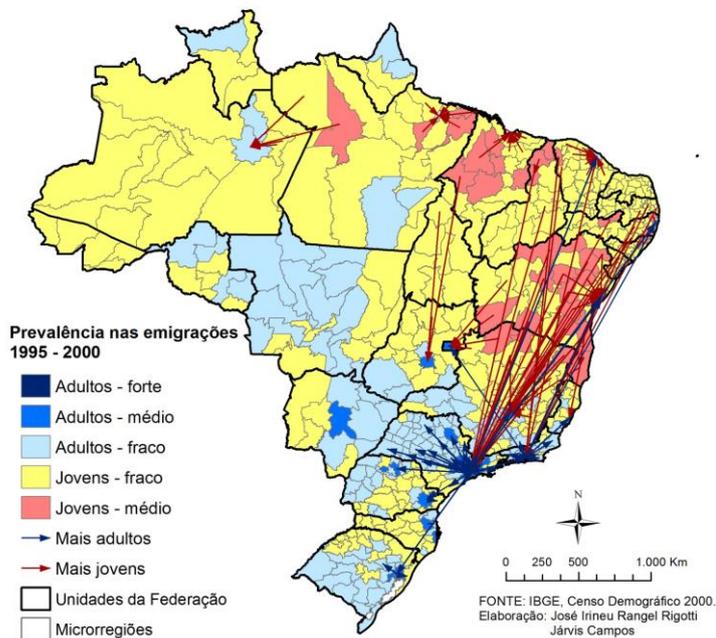
Com este propósito, foram construídas duas matrizes origem x destino de 558 unidades brasileiras, denominadas microrregiões geográficas. A primeira delas refere-se aos fluxos das pessoas entre 15 e 24 anos de idade (jovens) e a segunda daqueles com 25 anos ou mais de idade (adultos). Como o volume de migrantes adultos é bem maior, estas matrizes foram normalizadas, dividindo-se cada célula pelo total de migrantes. A diferença entre estas duas matrizes representa a predominância de jovens ou adultos, segundo a microrregião de origem e a de destino. Apenas os principais fluxos foram mapeados e serão analisados a seguir.

No período 1986-1991 (Figura X) havia uma imensa área de predominância relativa de emigrantes jovens, que se estendia por todo o Nordeste, grande parte do Norte – exceto a área de fronteira consolidada, ou “Arco do Povoamento”, áreas do Centro-Oeste (estados de Goiás, sudoeste do Mato Grosso, oeste do Mato Grosso do Sul), e oeste da região Sul. As áreas do Nordeste se destacam como aquelas que, relativamente, mais enviam jovens para a RMSP, enquanto os emigrantes adultos predominam nos fluxos com origem na RMSP direcionados para oeste e sudoeste.

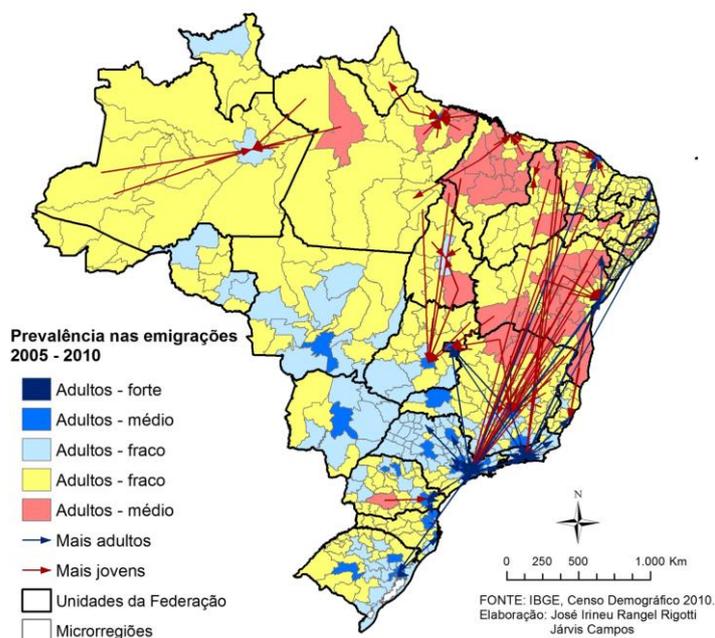


No período seguinte (Fig. X), os jovens deram preferência para as mesmas regiões e saíram predominantemente do Nordeste para a RMSP; ao passo que os emigrantes adultos continuaram saindo da RMSP para o oeste do próprio estado e o sudoeste do país. Entretanto, a quantidade de interações diminuiu, tanto para jovens quanto para adultos, embora este tenha sido o

quinquênio de maior volume de migrantes interestaduais da história do país. O Distrito Federal e Goiânia se consolidaram como opções de destino no país.



A **figura X** confirma a inércia estrutural das desigualdades regionais, uma vez que o padrão espacial do Nordeste para a RMSP e desta para o oeste continua, mas perdendo muito de sua antiga força, com a quantidade de fluxos ainda mais restrita e distâncias encurtadas.



Em síntese:

- As capitais, de um modo geral, são destinos preferenciais dos jovens;
- As prevalências dos fluxos de jovens do Nordeste para a RMSP e dos fluxos de adultos da RMSP para o oeste do estado diminuíram, acompanhando a tendência geral de redução dos fluxos migratórios no Brasil;
- Contudo, a estrutura espacial dos fluxos se mantém, com o predomínio da prevalência de jovens do NE para a RMSP, e da RMSP para o oeste;
- Há importantes fluxos de predominância adulta em direção às capitais do Nordeste, com origem na RMSP – continuação da imigração de retorno.
- Há significativa troca de migrantes adultos entre capitais importantes, como Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, embora não analisados neste artigo;
- Verifica-se aumento do número de polos com prevalência de jovens à oeste da extensa faixa de ocupação antiga (litorânea): Tocantins, oeste da Bahia, Distrito Federal, Goiânia, Triângulo Mineiro, oeste da Região Sul.
- A região central do Brasil – Brasília e Goiânia – consolida sua condição de área de destino para os emigrantes da porção setentrional do Nordeste e também da RMSP.

Relativamente, os novos destinos no Sudeste foram opção preferencial de migrantes mais velhos, enquanto o velho movimento do Nordeste para a RMSP prevalece como destino preferencial dos jovens.

A trajetória dos fluxos e dos migrantes: Nordeste – São Paulo – Sudoeste

Do ponto de vista histórico-estrutural, as migrações das áreas rurais menos desenvolvidas do Nordeste para as áreas mais urbanizadas do Sudeste foi uma das características mais marcantes do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, gerador de imensas desigualdades regionais e de renda. Uma das respostas às deseconomias de aglomeração que se seguiram foi a saída de residentes dos populosos centros urbanos metropolitanos para a periferia mais próxima. Entretanto, novas economias de aglomeração, disponibilidade de recursos naturais, surgimento de centros de pesquisa e inovação, atividades financeiras e universidades em locais mais distantes (Diniz, 1993), atraíram população, rompendo com o padrão dualista do modelo de substituição de importação posterior à Segunda Guerra Mundial.

O tratamento das informações censitárias permitiu a visualização espacial em escala ampla desta realidade mais recente da história do Brasil. Entretanto, ainda não está claro em que medida a trajetória Nordeste – São Paulo – Sudoeste configura-se como uma extensão ou como ruptura dos movimentos tradicionais.

Evidentemente, esta questão é bastante complexa para ser respondida, fugindo ao escopo deste artigo. Porém, alguns “insights” preliminares podem lançar luz ao debate. A seguir, enfocaremos a análise na região Sudoeste, devido ao seu papel fundamental para a redistribuição espacial da população brasileira recente. Vimos que a RMSP tem sido o maior “hub” difusor de população para estes locais, e o Nordeste o maior fornecedor de população para São Paulo. Estariam estes fluxos relacionados?

Para alimentar esta discussão, verificaremos onde nasceram os residentes do Sudoeste que há cinco anos antes do Censo moravam no estado de São Paulo (desagregado em Região Metropolitana e Restante de São Paulo – RSP). A análise destes fluxos poderá ajudar a visualizar a existência – ou não – de laços de uma rede espacial de migração.

Tabela X – Residentes do Sudoeste nas datas Censos Demográficos de 2000 e 2010, residentes na RMSP e RSP nas datas fixas, segundo naturalidade.

PLACE OF BIRTH	1995		2000	
	RMSP	RSP	RMSP	RSP
NE	13136	8378	12014	7296
SP	61371	77844	55073	90150
Other	14926	16944	9102	14232
Total	89433	103165	76190	111677
% NE	14,69	8,12	15,77	6,53
% SP	68,62	75,46	72,28	80,72
% Other	16,69	16,42	11,95	12,74
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Elaboração própria).

Para os recenseados no Sudoeste em 2000 e 2010, a **tabela X** mostra os fluxos dos residentes na RMSP ou RSP cinco anos antes dos censos, ou seja, em 1995 e 2000, respectivamente, segundo o lugar de nascimento: NE (Nordeste), SP (São Paulo) e outros estados. Enquanto o volume dos fluxos com origem na RMSP para o Sudoeste diminuiu, acompanhando o momento atual da transição nos grandes centros urbanos, no interior do estado ocorreu o contrário. Os responsáveis por este aumento foram os emigrantes do RSP, que nasceram no próprio estado de São Paulo. Os fluxos de pessoas nascidas no Nordeste (o segundo mais importante) ou em outros estados do país diminuíram em números absolutos, algo condizente com a tendência de redução dos movimentos de longa distância. Em contrapartida, a participação de emigrantes da RMSP nascidas no NE apresentou ligeiro aumento, de 14,7% para 15,8%, o que não ocorreu para o conjunto de unidades da federação restantes.

Em síntese, a RMSP fornece indícios de enfraquecimento de sua tendência de perdas para o Sudoeste, ocorrendo o contrário no RSP. O interior desse estado parece dar continuidade ao processo de difusão populacional iniciado na capital do estado e seguido pelo entorno de sua região metropolitana, nos anos 1970 (Cunha, 1994). Os fluxos a partir de São Paulo, das pessoas nascidas nos estados do NE, acompanham a tendência geral de diminuição da propensão a emigrar, mas mostra a existência de laços inter-geracionais das migrações com procedência no NE. Vale lembrar que os fluxos da **tabela X** referem-se ao efeito direto das migrações, mas há também efeitos indiretos, isto é, crianças nascidas no Sudoeste, mas filhos de migrantes procedentes de São Paulo, inclusive daqueles com naturalidade no NE. Estes dados não são conclusivos, mas colocados em perspectiva histórica, dão evidências da coexistência tanto de novos fluxos a partir do interior de SP para o Sudoeste, quanto de laços inter-geracionais, com raízes no Nordeste.

Considerações Finais

Os aportes teóricos que salientam a necessidade de abordagens multiescalares e multiníveis parecem encontrar suporte empírico para o caso das migrações no Brasil. As transformações mais recentes refletem os momentos da transição demográfica brasileira, de baixo crescimento e envelhecimento populacional. A partir do processo de industrialização e urbanização acelerada dos anos 1950 até o final do século XX, tornou-se regra observar o aumento contínuo do volume de migrantes intermunicipais a cada recenseamento. No entanto, o Censo Demográfico 2010 reverteu esta tendência e os motivos da inflexão ainda não são totalmente esclarecidos. Como a estrutura etária dos migrantes geralmente é jovem, projeta-se uma diminuição futura das migrações, acompanhando o ciclo de vida das pessoas e das famílias. Porém, em 2010 a estrutura etária ainda favorecia este aumento, uma vez que a proporção de jovens adultos no

Brasil ainda cresce – a “janela de oportunidades” ainda não encerrou seu ciclo no Brasil. Por isso, o envelhecimento da estrutura etária da população, por si só, não seria capaz de explicar a diminuição dos migrantes em números absolutos. Além disso, entre 1986-1991 e 1995-2000 houve ligeiro envelhecimento da estrutura etária dos migrantes – algo que não foi verificado no período 2000-2010.

Estes fatos demonstram o quanto o momento atual do processo migratório brasileiro é complexo. O país convive com a incorporação de inovações tecnológicas e processos produtivos do capitalismo avançado, ao lado de áreas pobres, sem sequer saneamento básico. Há indícios de que o maior nó da grande rede de fluxos migratórios do país – a RMSP – está atingindo os estágios mais avançados da transição vital, o que seria uma nova fase para uma região cuja capital experimentou perda líquida de população para sua periferia mais imediata nos anos 1970; posteriormente para além de sua imensa área metropolitana em direção ao interior do estado e quase todos os outros estados do país. Do ponto de vista espacial, parece ocorrer uma extensão do processo para o interior do estado de São Paulo, algo que precisa ser investigado em trabalhos futuros.

A região aqui denominada de Sudoeste é muito heterogênea, indicando a necessidade de estudos mais desagregados, que proponham uma regionalização mais elaborada – por isso, o presente trabalho deve ser visto como uma primeira aproximação. Mas é inegável que o Sudoeste apresenta atividades econômicas que a caracterizam, com destaque para a cadeia do agronegócio, altamente desenvolvida no Brasil. Certamente, o elo com a escala global torna-se premente, devido à inserção do país como fornecedor de alimentos no mercado internacional.

Finalmente, deve-se ressaltar a premência de um aprofundamento metodológico, no sentido de integrar unidades de análise, não apenas espaciais, mas também capazes de relacionar o nível dos domicílios e famílias com os aspectos estruturais e do comportamento dos migrantes no nível individual. Nesse sentido, acreditamos que a incorporação das análises de redes sociais e espaciais pode ser uma saída factível para os trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

- AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.
- BECKER, Bertha k. *Geopolítica da Amazônia*, São Paulo:Garamond: 2006
- CAETANO, C.C. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações da ABEP*, Rio de Janeiro, 2005.
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regionais e urbanas após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, v.13, n.2 /novembro 2011, pp.27-53.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.
- CARVALHO, J.A.M. de e FERNANDES, F. **Migrações internas no Brasil por unidade da Federação e quadro domiciliar**: 1960/70 e 1970/80. Belo Horizonte, 1991. Mimeo.
- CARVALHO, José Alberto Magno; WONG, Laura Rodríguez. O Rápido Processo de Envelhecimento Populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n.1, p. 05-26, jan./jun. 2006.

- CUNHA, J.M.P. da. **Mobilidade populacional e expansão urbana : o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas : UNICAMP/IFCH, 1994. 283p. (Tese Doutorado)
- DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: M. Teitelbaum and J. Winter (Ed.) **Population and resources in western intellectual traditions**. Cambridge: Cambridge University, UK, 1989.
- DE HAAS, H. **Migration Transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration**, *Working Papers Series*, n. 24, International Migration Institute, Oxford University, UK, 2010.
- DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil : nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.
- GIBSON, C.; OSTROM, E.; AHN, T.K. **The concept of scale and the human dimensions of global change: a survey**. *Ecological Economics* 32:217-239, 2000.
- HOERDER, D. **Cultures in Contact: World Migrations in the Second Millennium**, capítulo 1, Duke University Press, London, 2002.
- MASSEY, D., J. ARANGO, et al. **Theories of International Migration: a Review and Appraisal**. *Population and Development Review* 19(3): 431-466, 1993.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- RIGOTTI, J. I. R. A geografia dos fluxos populacionais brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p.237-254, mai./ago. 2006.
- RIGOTTI, J. I. R. Transição demográfica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.37, n.2, p.467-490, mai./ago. 2012.
- RIGOTTI, J.I.R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte : década de 70**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1994. 109p. (Dissertação de mestrado em demografia).
- RIGOTTI, J.I.R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. *Anais 32º Encontro Anual da ANPOCS*, p.2-26, Caxambu, 2008.
- RIGOTTI, J. I. R. A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.18, n.1/2, p.59-73, jan./dez.2001.
- RIGOTTI, J. I. R., FAZITO, D. CAMPOS, F. a distribuição espacial de mão de obra qualificada no brasil é um entrave ao crescimento econômico de maior valor agregado no interior do país? In: Marina Pereira Pires de Oliveira; Paulo A. Meyer M. Nascimento; Aginaldo Nogueira Maciente; Luiz Antonio Caruso; Eduardo Miguel Schneider (eds). *Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho : coletânea de artigos: tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho*. IPEA/ABDI, Brasília, p.75-116, 2014
- ROGERS, A., LITTLE, J., RAYMER J. *The indirect estimation of migration: methods for dealing with irregular, inadequate and missing data*. Springer, 2010.
- SAYER, D., RIGOTTI, J.I.R. **Migration and spatial distribution of rural population in Brazil, 1950-2050** (presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th General Population Conference of the International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001)

SKELDON, R. **Migration Transitions Revisited: Their Continued Relevance for The Development of Migration Theory.** Population, Space and Place 18(2): 154-166, 2012.

SINGER, P., Migraciones internas: consideraciones teóricas sobre su estudio, In: MUÑOZ, Humberto et al. (Eds.), **Migración y desarrollo: consideraciones teóricas**, CLACSO, Buenos Aires, p.45-67, 1972.

SINGER, P., **Economia política da urbanização**, 3ed, Brasiliense, São Paulo, 1976.

TURRA, Cassio M.; QUEIROZ, Bernardo L. Antes de que Sea Demasiado Tarde: transición demográfica, mano de obra disponible y problemas de la seguridad social en el Brasil. Notas de Población, n. 86, Publicación de las Naciones Unidas, 2009.

VAINER, C. e BRITO, F. **A migração e seu papel na configuração do território nacional.** Artigo apresentado na 24th General Population Conference of the International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001.

WOOD, C. H. **Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration.** International Migration Review 162, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research. (Summer, 1982), 1982.